



**Processo nº** 10880.906460/2014-42  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** **1301-006.911 – 1<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 3<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária**  
**Sessão de** 12 de abril de 2024  
**Recorrente** SECURITY VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA (IRPJ)**

Ano-calendário: 2008

IRRF. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO. COMPROVANTES DE RETENÇÃO.

O sujeito passivo tem direito à dedução do imposto retido pelas fontes pagadoras incidentes sobre receitas auferidas e oferecidas à tributação, do valor do imposto devido ao final do período de apuração, ainda que não tenha recebido o comprovante de retenção ou não possa mais obtê-lo, desde que consiga provar, por quaisquer outros meios ao seu dispor, que efetivamente sofreu as retenções que alega.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto condutor.

(documento assinado digitalmente)

Rafael Taranto Malheiros – Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Iágalo Jung Martins, José Eduardo Dornelas Souza, Lizandro Rodrigues de Sousa, Marcelo José Luz de Macedo, Eduardo Monteiro Cardoso e Rafael Taranto Malheiros (Presidente).

## Relatório

Trata o presente de análise de Recurso Voluntário interposto face a Acórdão de 1<sup>a</sup> instância que considerou a “Manifestação de Inconformidade Improcedente”, tendo por resultado “Direito Creditório Não Reconhecido”.

2. Foi lavrado Despacho Decisório (DD), de e-fls. 1035, que reconheceu parcialmente o crédito de saldo negativo de CSL do ano-calendário de 2008 informado na Declaração de Compensação (DComp) de nº 26860.06698.201010.1.7.03-6872 (e-fls. 1009/1034), face à comprovação parcial de retenções na fonte do tributo, como se vê da “Análise das Parcelas de Crédito”, na seção “Parcelas Confirmadas Parcialmente ou Não Confirmadas” (e-fls. 1038/1040). O Contribuinte foi cientificado em 11/04/2014 (e-fls. 1037).

3. Irresignado, em 09/05/2014 (e-fls. 3), o Contribuinte apresentou Manifestação de Inconformidade (e-fls. 4/8), em que argumenta, em síntese, que (i) a divergência ocorrida se deve a simples erro material no preenchimento da DComp e da DIPJ; (ii) conforme planilha apresentada às e-fls. 6/7, aponta erro em retenções informadas na DComp e na DIPJ; e (iii) para comprovar o erro material que teria sido cometido, apresenta planilhas e cópias das notas fiscais de 2008 (e-fls. 39/993).

4. Sobreveio deliberação da Autoridade Julgadora de 1<sup>a</sup> instância, consubstanciada no Ac. nº 16-91.226 - 5<sup>a</sup> Turma da DRJ/SPO, proferido em sessão realizada em 11/12/2019 (e-fls. 1073/1078), de que se deu ciência ao Contribuinte em 03/03/2020 (e-fls. 1080), cuja ementa foi vazada nos seguintes termos:

*“ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL*

*Ano-calendário: 2008*

*DCOMP. SALDO NEGATIVO DE CSLL. CSRF. PROVA.*

*No que se refere à comprovação da contribuição retida na fonte, o meio probatório adequado, por expressa disposição legal, é o comprovante de retenção emitido pelo responsável por substituição.*

*Não se admite como prova de retenção na fonte a juntada de notas fiscais emitidas pelo próprio beneficiário. A escrituração e os documentos subscritos pela própria pessoa, contra ela fazem prova; o contrário, porém, não é verdadeiro. Para o interessado constituir prova a seu favor, não basta carrear aos autos elementos por ele mesmo elaborados; deverá ratificá-los por outros meios probatórios cuja produção não decorra exclusivamente de seu próprio ato de vontade.*

*Manifestação de Inconformidade Improcedente*

*Direito Creditório Não Reconhecido”*

5. Irresignado, em 28/05/2020 (e-fls. 1083), o Contribuinte apresentou Recurso Voluntário (e-fls. 1085/1093). Não pugna mais pela ocorrência de erro material, mas alega que o “o processo administrativo fiscal comporta outros meios de prova”, sendo que “[...] foram, novamente, encaminhados e-mails (Anexo 1), noticiando inclusive os prejuízos da falta de envio/retificação do Documento emitido pelo Tomador do Serviço” e que seu direito restou “[...] demonstrado, pelos documentos anexados na Manifestação de Inconformidade (cópias/relatórios de notas fiscais e/ou faturas, bem como cópia do Livro Razão), e reforçado neste recurso (Anexo 3)”.

**Voto**

Conselheiro Rafael Taranto Malheiros, Relator.

6. Considerando os efeitos da Portaria RFB nº 543, de 20/03/2020, publicada em 23/03/2020, que, em sua redação original, suspendeu os prazos processuais até 29/05/2020, o presente Recurso é tempestivo (e-fls. 1080 e 1083), pelo que dele se conhece.

**MÉRITO: COMPROVAÇÃO DE RETENÇÃO NA FONTE**

7. Sobre a matéria, a Autoridade Julgadora de piso se manifestou nos seguintes termos:

“(…)

*A recorrente apresenta planilhas e cópias das notas fiscais de 2007; razão contábil; relatório de notas fiscais, separadas por filial e com correspondentes retenções.*

*Não se olvida que a responsabilidade pela apresentação da DIRF e fornecimento do ‘Comprovante de Rendimentos Pagos ou Creditados e do Imposto de Renda Retido na Fonte’ é da fonte pagadora, a teor dos artigos 929 e 942 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 - RIR/99.*

*Contudo, a contribuinte tem o dever de exigir o ‘Comprovante de Rendimentos’ da fonte pagadora, cuja obrigação de fornecimento é prevista nas normas de regência (art. 733 do RIR/99).*

*Esclareça-se que a apresentação de cópias/relatórios de notas fiscais e/ou faturas, bem como cópia do Livro Razão, não se mostra suficiente para comprovar a efetividade e/ou o valor da retenção do imposto e/ou da contribuição pelas fontes pagadoras, fazendo-se necessária a participação das empresas destinatárias dos documentos, com o fornecimento do informe de rendimentos à prestadora de serviços, bem como o registro em DIRF dos valores retidos. Isso, porque os documentos fiscais de emissão da contribuinte podem ser objeto de cancelamento ou retificação, de modo que a retenção do imposto deve ser confirmada por terceiro.*

(…)

*As notas fiscais e/ou faturas se prestam como prova complementar, quando exigível no reconhecimento do direito creditório, ou seja, quando além da comprovação da retenção do imposto e/ou da contribuição, em si mesma, a qual deve ser feita mediante a apresentação dos correspondentes “Comprovantes de Rendimentos Pagos” (art. 943, § 2º, do RIR/99), for necessário demonstrar a*

*natureza dos valores pagos ou que tal retenção se deu nos termos da legislação pertinente.*

*Dianete disso, cumpre concluir que, tanto as faturas emitidas pela interessada quanto os seus relatórios e livros de escrituração fiscal, não se mostram hábeis a comprovar o IRF incidente sobre os pagamentos recebidos” (grifou-se).*

8. A Interessada tem razão, face ao primeiro argumento da DRJ, quando pede “[...] vênia para divergir da alegação de apenas e tão somente o comprovante de retenção seja o meio hábil para comprovação do tributo retido na fonte”. Tanto que, no âmbito deste Conselho, foi editada a súmula 143, que assente que “[a] prova do imposto de renda retido na fonte deduzido pelo beneficiário na apuração do imposto de renda devido não se faz exclusivamente por meio do comprovante de retenção emitido em seu nome pela fonte pagadora dos rendimentos”.

9. Para fazer sua prova em seu favor, além do quanto visto da documentação carreada aos autos quando da interposição da Manifestação de Inconformidade, nesta instância, a Recorrente anexa e-mails encaminhados aos tomadores, em que solicita “Informes de Rendimentos” (e-fls. 1094/1142) e resposta de um destes contratantes, em que aduz que, com referência “[...] ao ano calendário 2007 e 2008, de fato não foi informado os valores retidos para nenhuma pessoa jurídica” (e-fls. 1143/1146) – fato, à evidência, de conhecimento do Fisco –, notas fiscais de sua emissão (e-fls. 1147/1210) e cópia de razão analítico (e-fls. 1211/1335).

10. Uma vez mais, como afirmado pela DRJ, em sua segunda linha argumentativa, não se verifica a “necessária participação das empresas destinatárias dos documentos”, convergente ao entendimento pacificado pelo CARF. Como não poderia deixar de ser, todos os Acórdãos que dão substrato ao mencionado enunciado sumular de nº 143 exigem que, para reconhecimento e consequente aproveitamento da retenção, seja apresentado documentação produzida por terceiro (fonte pagadora, instituição financeira etc.), e não somente pelo beneficiário. Esta inteligência se colhe, por exemplo, da decisão da 1<sup>a</sup> Turma da CSRF mencionada pela Interessada em seu apelo, em trecho do voto condutor exarado imediatamente após a parte transcrita no Voluntário, voto este que, inclusive, também não anui à demonstração de retenção à falta de prova produzida por terceiro:

**“ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

*Ano-calendário: 1992*

**PEDIDO DE RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO DE SALDO NEGATIVO DE IRPJ GERADO POR RETENÇÕES NA FONTE (IRRF). COMPROVAÇÃO DA RETENÇÃO.**

*O sujeito passivo tem direito de deduzir o imposto retido pelas fontes pagadoras incidentes sobre receitas auferidas e oferecidas à tributação, do valor do imposto devido ao final do período de apuração, ainda que não tenha recebido o comprovante de retenção ou não possa mais obtê-lo, desde que consiga provar, por quaisquer outros meios ao seu dispor, que efetivamente sofreu as retenções que alega.*

(...)

**Voto**

(...)

Correto o acórdão recorrido nesse aspecto.

*Não é o caso aqui de reexaminar elementos probatórios, até porque não é esse o escopo do recurso especial de divergência. Mesmo assim, vale reproduzir as razões pelas quais o acórdão recorrido admitiu o aproveitamento das retenções na fonte em questão:*

*2. Do IRRF retido sobre o levantamento de depósitos judiciais e os rendimentos de Obrigações da Eletrobrás*

[...]

*É fato que o contribuinte para ter direito a abater do valor do imposto devido ao final do período de apuração os montantes retidos pelas fontes pagadoras, incidentes sobre receitas auferidas e oferecidas à tributação nesse mesmo período deve apresentar o comprovante de retenção, emitido em seu nome pela fonte pagadora, conforme o disposto no art. 55 da Lei nº 7.450/1985, in verbis:*

[...]

*Todavia, essa exigência tem sido relativizada nas hipóteses em que o contribuinte não tenha recebido esse comprovante e/ou não tenha como obtê-lo, desde que possa fazer prova, por outros meios ao seu dispôr, de que efetivamente sofreu as retenções que alega, conforme a jurisprudência deste CARF [...].*

*No que se refere ao IRRF sobre o levantamento de depósitos decorrentes de ações judiciais, o contribuinte apresentou diversos documentos que representam um robusto conjunto probatório do recebimento dos valores e da retenção na fonte realizada pelas instituições financeiras responsáveis pelo pagamento, além de estarem devidamente contabilizados conforme cópias do Livro Diário anexadas aos autos pela autoridade fiscal que realizou as diligências. A circunstância de terem sido apresentadas apenas em cópia reprográfica deve ser relativizada, ganhando especial relevo o fato das informações constantes dos documentos apresentados estarem detalhadamente registradas na contabilidade da corrente e de não ter sido questionada sua autenticidade pela autoridade fiscal que realizou as diligências. De se observar que as ações judiciais se referem a ações de reparação de danos em face de acidentes em rodovias administradas pela corrente e que diversas delas têm como parte indenizante (fonte pagadora) uma pessoa física, que não está obrigada a fornecer comprovantes de rendimentos. E ainda, nos casos de ações judiciais, por dever legal, o imposto é retido pela própria instituição financeira responsável pelo pagamento, por ordem da justiça.*

*Assim, entendo que foram devidamente comprovadas a retenção do imposto na fonte e o reconhecimento das operações na contabilidade da corrente, conforme quadro abaixo, no qual estão descritos os valores dos rendimentos e do respectivo IRRF, comprovantes apresentados e suas respectivas folhas nos autos, além das folhas dos autos na qual estão transcritos os lançamentos contábeis feitos no Livro Diário:*

[...]

*Assim, entendo que deve ser reconhecido o direito creditório da corrente relativo ao IRRF retido, no montante de 23,19 UFIR no primeiro semestre e de*

60,66 UFIR no segundo semestre, sobre os levantamentos de depósitos relativos a ações judiciais.

Por fim, analiso a comprovação relativa ao imposto retido na fonte sobre o recebimento de Juros sobre Obrigações da Eletrobrás. A recorrente trouxe aos autos, em relação ao mês de abril/1992 cópias dos documentos denominados Resumo de Pagamento de Juros/Resgate de Obrigações emitidos pela Eletrobrás, nos quais estão descritos os rendimentos brutos e os valores descontados a título de IOF, IRRF, Adicional de IR e o valor líquido, com chancelas bancárias, que estão devidamente registrados no Livro Diário, cujas cópias constam dos autos. Com relação ao rendimento creditado no mês de agosto de 1992, apresentou cópia de Recibo de Pagamento de Juros e aviso de crédito do Banco Banespa, com o mesmo detalhamento de valores, devidamente registrado no Livro Diário. Não foram apresentados comprovantes do rendimento recebido no mês de dezembro de 1.992, no valor de Cr\$ 260.05,98 e IRRF de Cr\$ 65.126,50, conforme consta do Demonstrativo às fls. 43 dos autos. Embora o rendimento e respectiva fonte estejam contabilizados no livro Diário, entendo que esta operação não está suficientemente comprovada pela recorrente, devendo ser mantida a glosa do IRRF no pedido de restituição. Os valores dos rendimentos e do imposto retido e respectivas comprovações estão descritos no quadro abaixo:

[...]

Assim, entendo que deve ser reconhecido o direito creditório no montante de 156,51 UFIR, relativo ao IRRF retido sobre rendimentos recebidos sobre Obrigações da Eletrobrás.

[...]” (Ac. nº 9101-003.437, s. 07/02/2018, Rel. Cons. Rafael Vidal de Araújo) (grifou-se).

## **CONCLUSÃO**

11. Por todo o exposto, conheço o Recurso Voluntário e, no mérito, nego-lhe provimento. O percentual da multa qualificada será reduzido de 150% para 100%, nos termos do art. 44 da Lei 9.430, de 1996, na redação que lhe deu a Lei 14.689, de 2023.

(documento assinado digitalmente)

Rafael Taranto Malheiros

